



**8º Encontro Internacional de Política Social**  
**15º Encontro Nacional de Política Social**  
 Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
 desafios e perspectivas  
 Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

---

**Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.**

**Serviço Social brasileiro e a conjuntura neoliberal: Limites para a atuação profissional**

**Cynthia Santos Ferrarez<sup>1</sup>**  
**Victor Martins Lopes de Araujo<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este estudo aborda a Renovação profissional do Serviço Social, destacando a singularidade da América Latina e o movimento de Reconceptuação da profissão. Tem um caráter metodológico bibliográfico, qualitativo, privilegiando a análise dos "frutos da virada" do Serviço Social brasileiro e os rebatimentos da conjuntura neoliberal, que se coloca como limite para a atuação profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Renovação; Reconceptuação.

**Brazilian Social Work and the neoliberal conjuncture: Limits for professional performance**

**Abstract:** This study deals with the Professional Renewal of Social Service, highlighting the uniqueness of Latin America and the Reconceptualization movement of the profession. It has a bibliographic, qualitative methodological character, privileging the analysis of the "fruits of the turn" of the Brazilian Social Service and the refutations of the neoliberal conjuncture, which is placed as a limit for the professional performance.

**Keywords:** Social service; Renovation; Reconceptualization.

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o Serviço Social e suas atribuições no decorrer de sua história no Brasil, mostra uma maior interlocução entre o fazer profissional e a teorias que o cercam. Diante disso torna-se importante destacar que essa profissão é perpassada por relações e jogos de interesses, dominantes ou não, o que exige do profissional uma leitura cada vez mais crítica da realidade.

Percebe-se que historicamente o assistente social busca por legitimação profissional e, ao elaborar um projeto profissional, deixa clara a intenção de privilegiar o trato com a classe trabalhadora.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal Rio de Janeiro, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade de Carangola. E-mail: cynthiaferrarez@hotmail.com.

<sup>2</sup> Assistente Social, Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal Rio de Janeiro, Professor do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade de Carangola. E-mail: victormartins\_jf@hotmail.com.

Enfatiza-se neste estudo as principais reivindicações da categoria profissional no momento do "Congresso da Virada", em 1979, assim como o contexto histórico que o Brasil apresentava.

As mobilizações em favor de uma renovação profissional, que se expressa nos mais diversos países do mundo, se mostram de forma singular na América Latina, em um intervalo de aproximadamente 10 anos, caracterizando a Reconceituação da profissão e a aproximação dos países latino-americanos subordinados ao imperialismo norte-americano.

Os frutos profícuos desse processo influenciam diretamente na renovação do Serviço Social brasileiro, datada pela iniciativa de ruptura com o conservadorismo.

A atual conjuntura neoliberal mostra-se como um limite para a atuação profissional, perpassando os limites postos às políticas sociais, o corte de gastos públicos, o discurso dos "direitos fragmentados" e a afirmação do assistencialismo tem se mostrado um entrave para a materialização do projeto ético-político profissional.

## **O "CONGRESSO DA VIRADA" COMO MARCO HISTÓRICO E SEUS RESPECTIVOS FRUTOS**

O "Congresso da Virada", realizado de 23 a 28 de setembro de 1979, promovido pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido hoje como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em São Paulo, mostrou-se um marco na história do Serviço Social, principalmente no que diz respeito a postura profissional e a busca por um projeto ético-político condizente com as aspirações dos assistentes sociais

Para entender as condições que a "Virada do Serviço Social" se deu é necessário conhecer o contexto histórico ao qual os assistentes sociais estavam inseridos e quais as condições de trabalho que se apresentavam aos mesmos naquele momento.

Guerra e Ortiz (2009) destacam a existência de determinações exógenas e endógenas à profissão, que contribuíram diretamente para a afirmação da virada. Os fatores a seguir expressam as determinações exógenas que se mostram muito peculiares por se tratarem da América Latina:

Dinamismo e expansão do capitalismo, a classe operária de desenvolve e amadurece do ponto de vista da sua consciência de classe e de sua organicidade. A revolução cubana (1959), as novas lutas de classe na Guatemala (1960), a influência dos movimentos desencadeados no maio francês de 1968, o Cordobazo argentino (1969), a unidade popular do Chile (1970-1973), a grande mobilização social que levou a

vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em 1979, a recuperação de parte da soberania do Canal do Panamá (1977) pelos tratados Torrijos-Carter, a guerra de libertação em El Salvador (1980-1992), são realidade, as classes vão forjando sua consciência política, que, portanto, não surge por geração espontânea. (GUERRA; ORTIZ, 2009 p. 125)

Como determinações endógenas observa-se que o Brasil presenciava "greves generalizadas, paralisações, ocupações de fábricas, de terras e posteriormente prédios públicos" (CFESS, 2009 p. 60), ainda a ruptura e negação do sindicalismo tradicional e de conciliação de classes, como forma de enfrentamento à ditadura militar, demonstrando, com isso, uma nova forma de organização de classe trabalhadora.

Ao pensar a origem do movimento de Intenção de Ruptura com o conservadorismo, busca-se analisar as influências da reconceitualização latino-americana, com forte oposição às ditaduras militares do continente e criação de novas bases conceituais para uma ação profissional crítica, como visto anteriormente.

Com relação à formação profissional, o "Método BH", desenvolvido pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais em Belo Horizonte, assim como os debates que se iniciam sobre a mesma na Associação Brasileira de Serviço Social (ABESS), a atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde 1991, deu origem ao currículo de 1982. Outro fato importante foi à criação em 1975 da primeira pós-graduação em Serviço Social – realizada pela PUC-SP – que resultou na aproximação com as ciências sociais e a tradição marxista.

Vale destacar a importância da produção do livro "Relações Sociais e Serviço Social" de Yamamoto e Carvalho, inaugurando a mais completa pesquisa sobre a profissão até então, demonstrando um panorama geral do Serviço Social e suas principais raízes de pensamento, principalmente a vertente conservadora.

Analisando o processo de renovação da profissão, elege-se a partir do fim da década de 1970 a vertente marxista – expressa pelo movimento de intenção de ruptura – como forma mais adequada para a interpretação da realidade cotidiana capitalista, objetivando compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais, inserida na sociedade capitalista.

Dessa inflexão se imprimiu a direção social da profissão no âmbito da formação e do exercício profissional e da organização estudantil, marcada fortemente pela relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição

marxista, e na direção da luta pelo socialismo, no horizonte do projeto histórico da emancipação humana. (CFESS, 2009 p. 59)

Na tentativa de ruptura com o histórico conservador percebe-se que o Serviço Social, além de produzir o currículo de 1982, produz o Código de Ética de 1986 e, posteriormente, observadas as falhas conceituais dos mesmos, criaram-se o Código de Ética e a Lei de Regulamentação 8662 no ano de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996. Estes podem ser entendidos com grandes "frutos da Virada".

Sendo assim, em 1996 das Diretrizes Curriculares da ABEPSS visará superar as lacunas identificadas, para garantir uma direção social mais estratégica para o exercício e formação profissional. Segundo Guerra e Ortiz (2009):

O tripé caso, grupo e comunidade e, para tanto, foram criadas as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação gerou uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social. (GUERRA; ORTIZ, 2009 p. 130)

O maior fruto da virada sem dúvida é o reconhecimento dos assistentes sociais enquanto trabalhador, assalariado, comparte do trabalho coletivo e que vende a sua força de trabalho como todo trabalhador.

Partindo desse pressuposto a categoria trabalho passa a ser analisada pelos profissionais como foco central da interpretação da realidade, como forma de esmiuçar a sociedade em sua totalidade. Assim, o assistente social passa compreender, também, o significado social da profissão e a utilidade da mesma – pois ele atua sobre as expressões da questão social, sobre a reprodução material e social da classe trabalhadora –, sendo um trabalho que não se expressa materialmente, mas é objetivamente social.

O Serviço Social vem construindo coletivamente, desde então, um projeto profissional voltado para garantia de acesso a direitos dos cidadãos; comprometimento com a classe trabalhadora; eliminação das formas de preconceito; contra a ordem vigente e contra o conservadorismo profissional; em defesa da democracia como sinônimo de cidadania; dentre outros. A categoria, então, vem elaborando mediações que permitam compreender a realidade social e seus espaços contraditórios.

Novas e complexas transformações societárias são presenciadas ao longo das últimas quatro décadas, principalmente no que tange aos requisitos para a atuação do assistente social,

o que torna importante ressaltar que a profissão conseguiu alcançar uma maturidade que lhe permite uma melhor interlocução com seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

## **ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS NEOLIBERAIS: UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PARA ALÉM DO CAPITAL**

O Serviço Social brasileiro, durante o período de reestruturação do capital, desencadeado mundialmente nos anos 1970, se via as voltas com a renovação da profissão, buscando legitimidade profissional e ruptura com o conservadorismo. Embora esse processo tenha se concretizado no início da década de 1980.

Partindo do entendimento dos processos reestruturação produtiva que o mundo presencia, podemos afirmar que o assistente social é requisitado a exercer novas atribuições, levando em conta sua busca constante pela legitimidade profissional, observamos o maior desafio posto à profissão, como coloca Guerra (2007), é pensar o cotidiano profissional, enquanto participe de um processo de trabalho cada vez mais pragmático e tecnicista, voltado para a imediaticidade do fazer profissional.

Levando em consideração as transformações societárias e o quanto essas afetam a “classe que vive do trabalho” – principalmente no que diz respeito à “minimização” do Estado, se tornando cada vez mais neoliberal e menos garantidor de direitos – as políticas sociais vem sendo substancialmente alteradas, seguindo várias tendências do atual contexto produtivo, como por exemplo: privatização das políticas públicas; “transferência” da responsabilidade do Estado para a sociedade civil (ONGs, Igrejas, vizinhos, etc.); políticas focalizadas e sucateadas; e por fim, políticas baseadas na garantia de “mínimos” sociais.

Diante deste contexto, Montañó argumenta que assim, estes “serviços estatais para pobres” se transformam em “pobres serviços estatais” (MONTAÑO, 1997 p. 115), havendo uma grande alteração na atuação do profissional do Serviço Social, já que este trabalha diretamente com a formulação e implementação dessas políticas (seu espaço funcional-ocupacional), se deparando com políticas oferecidas para grupos “carentes” e se deparando, também, com novos campos e demandas profissionais.

O assistente social tem na questão social seu objeto de trabalho, sendo esta um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista, é de fundamental importância para o

Serviço Social decifrar as “novas demandas” sociais, captando as múltiplas formas de pressão social e de intervenção profissional cotidiana.

As transformações societárias incidem diretamente na atuação profissional, seja pela redução e/ou transferência de algumas demandas (em espaços ocupacionais já determinados historicamente), ou pelo surgimento de novas demandas (surgindo também novos espaços ocupacionais para a profissão), exigindo do profissional criatividade e eficácia para dar respostas às expressões da questão social, buscando a garantia de direitos dos cidadãos.

Assim, a principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto das necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Neste caso, é preciso refazer – teórica e metodologicamente – o caminho entre a demanda e as suas necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade. Referindo-nos, particularmente, às necessidades sociais que plasmam o processo de reprodução social. (MOTA, 2006 p. 26)

O ajuste neoliberal enfraquece as relações e os movimentos sociais, como vimos no primeiro capítulo desse estudo, houve uma regressão nas conquistas sociais dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos sindicatos, as lutas de classe são substituídas pela lógica individualista e competitiva. É nessa realidade que o assistente social está inserido.

As políticas sociais são instrumentos de legitimação conquistadas da classe trabalhadora, tendo estas a função de prestar serviços sociais básicos (como saúde, educação, habitação, assistência social, dentre outros), mas, de acordo com Montañó (1997), as políticas sociais também contribuem para a “desresponsabilização” da empresa para com o funcionário, deixando sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade civil a “superação” das desigualdades causadas pelo sistema capitalista.

O trabalho do assistente social também sofre ajustes do neoliberalismo, assim como todas as outras áreas de atuação da classe trabalhadora, além de ser um “profissional assalariado” desenvolve, também, a partir desse contexto uma imagem de “prestador de serviços”.

Fica, então, expressa uma tendência de o que o Assistente Social seja visto como um profissional liberal, o que não se realiza interinamente como tal, pois, a maior parte dos profissionais se enquadra na categoria de trabalhadores assalariados, que precisam de entidades empregadoras para desenvolver seu trabalho.

O assistente social se depara cotidianamente com novas demandas – todas elas ligadas ao processo de reestruturação produtiva no Brasil, como exemplo: a precarização do trabalho,

o desemprego, o subemprego, as novas formas de contratação – que vêm de vários seguimentos sociais (desde a classe dominante aos usuários e instituições que está diretamente ligado) exigindo desse profissional novas competências e qualidade nas intervenções e mediações profissionais, ficando sujeito à lógica do mercado que perpassa os serviços sociais e as políticas sociais.

O assistente social tem que se “qualificar”, assim como as outras categorias profissionais inseridas na ordem do capital, para acompanhar as particularidades da questão social nas esferas nacional, estadual e municipal diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Esse discurso de qualificação profissional se enraíza em todos os processos de trabalho do profissional de Serviço Social, desde a esfera privada até a esfera pública.

A competência profissional se expande na esfera pública, não sendo mais visto como um executor de políticas públicas, mas como um profissional formulador e fiscalizador de projetos sociais, exemplo disso é a atuação do assistente social na gestão de políticas públicas e nos conselhos – Conselhos sendo órgãos de controle social exercido pela população, pelo Estado, pelas instituições, garantido pela Constituição de 1988 – Yamamoto (2006) afirma que estes são os campos de atuação efetiva do profissional de Serviço Social, trazendo para a agenda pública questões pertinentes ao enfrentamento das desigualdades sociais.

O processo de trabalho no qual está inserido o assistente social não é exclusivamente da profissão, nas palavras de Yamamoto (2005), “é preciso evitar uma superestimação artificial da profissão, pois este é um profissional chamado desempenhar suas atribuições em um processo coletivo de trabalho”. Novos espaços sócio-ocupacionais abrindo um conjunto de especializações profissionais, não só para assistentes sociais, mas para sociólogos, cientistas políticos, educadores e etc.

As novas demandas fizeram emergir novas competências profissionais dos assistentes sociais, como: domínio de inglês fluente; computação; experiência com demandas específicas; criatividade; desembaraço; versatilidade; iniciativa; liderança; capacidade de negociação; fluência verbal; recrutamento, seleção, treinamento e reciclagem de pessoal (funcionários); desenvolvimento de pessoal; administração de salários; avaliação de desempenho; benefícios; desenvolvimento de programas voltados para a saúde do trabalhador; dentre outros. Havendo, também, um crescimento da demanda profissional nas empresas.

Outra tendência do Serviço Social, diante desse contexto, é a de retrocesso das conquistas da profissão, pois esta não pode ser pensada como uma “etapa profissionalizada da

caridade” ou como “profissionalização da filantropia”, como afirma Montaño (1997), a gênese do Serviço Social deve ser compreendida como um processo histórico de enfrentamento aos reflexos do capitalismo na reprodução social dos trabalhadores, enfrentando os reajustes do capital.

O profissional se depara com um cenário de transferência dos serviços sociais públicos para a sociedade civil, tendência de refilantropização social, tendência de filantropia empresarial com uma roupagem de “responsabilidade social” das empresas privadas e, principalmente, a tendência de privatização do acesso ao serviço público (exemplo disso é o acesso à saúde para os que podem pagar um plano privado e os que não podem ficam a mercê do “sistema único de saúde” (SUS) e/ou de ONGs). Isso demonstra uma tendência seletiva e filantrópica, suprimindo a garantia da universalidade e equidade de acesso serviços públicos e não respondendo às necessidades dos usuários.

O Serviço Social se configura na sociedade burguesa como um ramo específico na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, tendo objetos de intervenção bem definidos, sendo eles determinados segmentos da população e suas condições de vida, tendo embasamento para intervir no contexto social que está inserido. Para isso o assistente social utiliza instrumentais próprios para intervir nessa realidade, desenvolvendo métodos que objetivem o acesso a direitos aos usuários das políticas públicas, mas esse profissional não é munido somente de instrumental, ele também desenvolve uma instrumentalidade específica, onde o mesmo reflete e se organiza para intervir de forma crítica na realidade social.

Buscando entender a sociedade em sua totalidade, de uma forma crítica, o assistente social rompe com o conceito do conhecimento “aparente” e utiliza de um conhecimento que vá além d sua utilização imediata, ou seja, esse profissional faz uma crítica ao cotidiano e intervém de forma aprofundada, observando as questões intrínsecas, e pensando alternativas para a resolução da demanda apresentada e não em amenizar a mesma.

O Assistente Social tem que compreender o significado da sua prática profissional no contexto em que está inserido, permitindo-lhe uma visão da expansão de sua intervenção, superando a imediaticidade e o aparente.

A imagem da profissão esta vinculada à defesa da justiça social, da equidade, da democracia, das políticas públicas e dos direitos sociais, isso se dá devido à historicidade da formação profissional, sendo expressão das conquistas coletivas desses profissionais.

Os profissionais precisam ter clareza de sua atuação junto aos órgãos que trabalham (sejam eles públicos ou privados), pois há uma grande diferença, como argumenta Iamamoto (2005), entre viver na cotidianidade da sociedade capitalista e decifrar o que é esse cotidiano. Com isso, o profissional pode ser absorvido pela demanda do trabalho cotidiano, não conseguindo dar respostas efetivas ao que se propôs fazer enquanto profissional do Serviço Social.

O assistente social tem que munir-se do conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade para enfrentar as demandas emergentes, com uma intervenção profissional que aponte elementos para um debate sobre essa dinâmica e, principalmente, deve pesquisar sobre a realidade social. Intervindo de forma crítica e proporcionando a classe trabalhadora o conhecimento de seus direitos, desconstruindo a lógica alienante do capital.

A dimensão pedagógica do Serviço Social remete à sua função primeira, essencialmente na sociedade, isto é, diz respeito aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivas, elementos esses constitutivos de uma cultura, a qual, com base na análise gramsciana, diz respeito ao modo de vida, isto é, maneira de pensar e agir, sociabilidade, adequada à racionalização da produção e do trabalho, portanto, uma dimensão das relações de hegemonia na sociedade. (ABREU, 2004 p. 66)

Verificam-se vários rótulos na sociedade atual, rótulos estes que precisam ser quebrados, principalmente pelo assistente social, lutando contra o preconceito de raça, de classe, de gênero, de religião, de sexualidade, dentre outros. Como descreve Iamamoto (2005) ao citar a violência classicista instaurada na ordem do capital.

Outro exemplo dado por Iamamoto (2005) é a questão do trabalho infantil, as crianças são impossibilitadas de viverem sua infância, o direito à infância foi subtraído, “infância negada”, várias esferas da sociedade estão se mobilizando em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente, e os assistentes sociais somam-se a essas forças sociais contribuindo para dar visibilidade pública a essa face da questão social.

Características fundamentais para uma boa intervenção profissional, uma intervenção que garanta acesso a direitos sociais, tem que estar estruturadas de acordo com os arcabouços teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, sendo este um profissional propositivo.

O assistente social é um profissional mediador, comprometido com suas ações profissionais, na “luta” pela consolidação dos direitos sociais, não se limitando somente às ações imediatas e visando a dignidade através da ampliação da cidadania, para a classe

subalternizada, sendo, com isso, um profissional que busca estar em contra corrente ao ajuste neoliberal.

Por fim, cabe mencionar que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social do trabalho sofre direta e duplamente os rebatimentos desta nova fase de organização do capital em sua crise de dimensões estruturais. Entretanto, a luta da categoria para garantir a efetivação de seus princípios éticos fundamentais se fortalece através da articulação com os movimentos dos trabalhadores, da reafirmação da perspectiva crítica como base para compreensão da realidade, o que propicia o reconhecimento do processo de financeirização das políticas sociais, assim como da tendência de refilantropização e assistencialização das mesmas e a construção de mediações necessárias, ao mesmo tempo em que apontam para a necessária articulação do projeto ético-político profissional a um projeto macrosocietário contra hegemônico. Esses elementos são essenciais no desvendamento dos desafios contemporâneos e na construção coletiva de respostas às demandas colocadas á profissão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação profissional era pensada, pelos assistentes sociais, como “centro” do contexto em que o Serviço Social estava inserido, a prática tinha que ser discutida, mas os elementos que condicionam o trabalho profissional não tinham foco determinado. A prática do assistente social era isolada das expressões da questão social, era entendida com se o profissional não fizesse parte do processo de trabalho.

A partir da década de 1980 há uma consolidação da apropriação da teoria social marxista como forma de orientação profissional, fazendo com que a profissão começasse a analisar a problemática social no seu âmbito totalizante – movimento de intenção de ruptura -, ocorrendo debates sobre a formação profissional e sobre todas as questões pertinentes a atuação profissional na garantia de direitos dos trabalhadores. Essa apropriação da tradição marxista contribuiu para a compreensão do significado da profissão e embasamento para uma análise da política social.

Ao mesmo tempo em que o Serviço Social se renova tem-se no Brasil a busca por garantias de direitos constitucionais (a construção de cidadania), sendo que ambos os projetos são minados pela emergência do ajuste neoliberal e da reestruturação produtiva.

As consequências da reestruturação do capital são características e diferentes em cada região do mundo, dependendo do tipo e do grau em que o capitalismo se encontra instalado. Tais mudanças não foram passivas, proporcionaram um crescimento brutal das desigualdades na divisão social e técnica do trabalho, como: flexibilização dos contratos de trabalho, aumento da jornada de trabalho, desarticulação de sindicatos, terceirização, dentre outras.

Aliada a essa reestruturação da produção está uma “reestruturação” ideológica disseminada pelo Neoliberalismo, tendo como consequência a "minimização" do Estado com relação ao social e, concomitantemente, o desmonte de políticas públicas conquistadas após lutas árduas dos trabalhadores, demonstrando que esse Estado ainda é o comitê executivo da burguesia.

Uma polêmica a respeito do exposto é saber qual a verdadeira funcionalidade do Estado Brasileiro? Para que e para quem ele se estabelece? Qual sua verdadeira face? O sujeito só é cidadão se acessa algum benefício social?

No Brasil o processo implementação do ajuste do neoliberal se deu, juntamente, no período de materialização das lutas sociais, advindas das décadas anteriores, e expressa na Constituição de 1988 (fundamentada nos princípios do Welfare State).

As respostas do capital à sua crise de magnitude mundial e caráter estrutural agravam, ainda mais, o quadro de desigualdade social no país e precariza os serviços sociais públicos.

O Serviço Social estabeleceu, no processo de ruptura com o conservadorismo ao longo dos últimos trinta anos, a clara relação entre projeto profissional e projeto societário emancipatório no âmbito sindical, da formação, do exercício profissional e estudantil, mas algumas questões abordadas no "Congresso da Virada" ainda permanecem.

Outro fato que merece trato especial é o assistente social trabalhar como "garantidor de direitos", sabe-se que a direção do projeto ético-político profissional é para além do capital, haja vista que o mesmo almeja a emancipação humana. Mas como pensar a emancipação humana se nem o que básico e indispensável para que ela aconteça, como exemplo a emancipação política, não foi alcançada?

As condições em que as políticas sociais estão colocadas favorecem cada vez mais o perfil de um profissional que atenda as requisições do capital, pois a dimensão de superação do mesmo fica comprometida pelo imediatismo das intervenções.

O assistente social busca, cotidianamente, sua legitimação profissional, não na ótica individualista posta pelo ajuste neoliberal, mas como sujeitos coletivos, de lutas coletivas, não

podendo perder de vista o seu trabalho e o quanto este é importante para a intervenção na realidade existente, a maior expressão disso é que o Serviço Social, hoje, é uma referência, tendo um crescimento visível e reconhecido de suas pesquisas.

Pensar o projeto profissional é pensar as lutas cotidianas travadas pelas mais diversas expressões da classe trabalhadora, de forma crítica e sem perder a perspectiva de superação da ordem do capital, mesmo que ela não se mostre fácil de ser alcançada.

O fato é que o Serviço Social é uma profissão na contracorrente da ordem do capital e para que este profissional consiga intervir nessa realidade ele tem que se munir de arcabouços teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, visando romper com a prática imediatista e fundamentada no “aparente”, para não cair na armadilha do retrocesso profissional com “práticas renovadas” ao lado de “velhas práticas”.

Contudo, mesmo sob este cenário extremamente adverso que vivenciamos, sendo um dos momentos mais bárbaros da história do povo brasileiro; de severos ataques ao conjunto dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Em meio à turbulência de acontecimentos históricos recentes que arremessam a vida política brasileira na maré montante que vem afogando as apostas, e algumas ilusões, de democratização da sociedade e do Estado, na perspectiva de efetivação e ampliação de direitos. O horizonte aberto pelo golpe parlamentar de 2016 e pelas inúmeras contrarreformas que seguem derruindo as limitadas conquistas democráticas constitucionalmente reconhecidas é tenebroso. Só há uma saída: a luta organizada das (os) trabalhadoras (es) em defesa de seus autênticos interesses de classe. Uma luta que, precisa ser unitária na sua diversidade e travada na capilaridade da dominação burguesa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (org.) **30 Anos do Congresso da Virada**, Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. “O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional”. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 91, 2007.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da "virada": apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Praia vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, v. 19, n. 2, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9, ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao neoliberalismo". **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 53, 1997.

MOTA, Ana Elizabeth. **A nova fábrica de consensos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.